



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 12/15

24 de Agosto de 2015



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.

A Comissão Liquidatária tem de ser travada!

Através de um comunicado do STEFFAs (Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas) tomámos conhecimento que o governo avança com um projecto para a extinção e desmantelamento do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF).

De acordo com este sindicato, o governo entregou-lhes recentemente um projecto de Decreto-Lei em que este objectivo é claramente expresso. É mais um projecto legislativo apresentado de surpresa, em pleno Agosto, a mês e meio das eleições legislativas, numa altura em que nem a Assembleia da República pode exercer a sua principal missão de fiscalizar os actos do governo.

Depois de um período de indecisão quanto ao futuro do LMPQF, que durou todo o mandato, o governo aproveita agora os seus últimos dias para procurar destruir mais uma infra-estrutura estratégica não apenas para as Forças Armadas e para a Defesa Nacional mas, conforme provas já dadas, para a saúde dos portugueses e para todo o País.

Esta medida, com eventuais interesses multinacionais, e outras seriamente penalizadoras para as Forças Armadas e para o País, não aparecem por acaso nesta altura. Nem sequer aparecem desenhadas de uma campanha que apenas visa desviar as atenções dos portugueses das acções que a "Comissão Liquidatária das Forças Armadas" insiste em perseguir antes que se lhes acabem as condições propícias para o fazer.

A par da destruição de mecanismos fundamentais para o regular funcionamento das Forças Armadas na sua missão de Defesa Nacional e de protecção das populações, o governo e os seus arautos não se cansam de profusamente propagandear: que as unidades militares serão abertas ao turismo (mesmo que tal não se enquadre na sua missão e que estas tenham cada vez mais dificuldades orçamentais para assegurar o seu normal funcionamento); que os militares nas situações de Reserva e Reforma poderão vir a vigiar escolas (sem que tal tenha sido profundamente discutido com todas as partes envolvidas no processo

educativo e com os próprios militares a quem a medida se pretende aplicar); supostas novas formas de governação para o Instituto de Acção Social das Forças Armadas - IASFA, I.P. (procurando arredar desta missão e da sua discussão os próprios militares, visando criar mais lugares para "boys e girls"); que afinal os militares não vão ver aumentados os seus descontos para sustentar a Assistência na Doença aos Militares (sabemos que há muito vimos descontando mais do que seria necessário); que a legislação entretanto produzida e alterada relativamente às Forças Armadas contribuiu para a sua modernização (facto que só mesmo o ministro e seus apaniguados conseguirão vislumbrar pois os militares nas suas missões dia-a-dia se deparam com cada vez mais dificuldades); entre variadíssimas outras acções de propaganda!

Ou seja, o que é fundamental ao normal funcionamento das Forças Armadas altera-se "pela calada", sem qualquer respeito pelo direito à discussão e participação efectiva dos diversos agentes com interesses e direitos na matéria.

O que é propaganda, susceptível de confundir os cidadãos menos informados, ou mais grave ainda, capaz de dividir os portugueses na nojenta, velha e estafada táctica de colocar portugueses contra portugueses, é usada à exaustão, com diversas caixas-de-ressonância ao serviço do governo.

Estamos a mês e meio de ter nas nossas mãos a capacidade de decidir, entre outros aspectos, também na defesa de um pilar do regime democrático e instituição fundamental à existência de Portugal enquanto nação livre, soberana e independente - as Forças Armadas Portuguesas!

Não nos resignemos!

No próximo dia 4 de Outubro, conscientes e orgulhosos da nossa Condição Militar estejamos presentes nas nossas assembleias de voto fazendo uso do direito, ou melhor, do dever cívico de votar!

Não abduquemos de cumprir esse dever!

**A Direcção
24 de Agosto de 2015**